

Verbas para a saúde

O objetivo mais perseguido pelo ex-ministro da Saúde Adib Jatene pode estar sendo viabilizado pelo atual, José Serra. A proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula parte dos recursos arrecadados pela União, estados e municípios à saúde - que no percurso já resultou na CPMF - depois de sete anos de tramitação no Congresso, foi aprovada, esta semana, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Pela CCJ da Câmara, havia passado em novembro último. Agora, tem boas chances de aprovação no plenário.

O País pode estar assistindo a uma demonstração de como insistência e persistência são capazes de superar barreiras, mesmo na política. Não que a trajetória da PEC esteja imune a turbulências. Mas a depender das lideranças dos partidos no Congresso, a matéria tem plenas condições de ser aprovada.

A votação em primeiro turno preliminarmente acertada para o início de junho, contudo, dá intensidade aos principais focos de resistência à mudança. De acordo com a proposta, estados e municípios deverão transferir, no primeiro ano de validade da medida, 7% da arrecadação à área de saúde. O percentual será aumentado gradativamente até alcançar 12% (para os estados) e 15% para os municípios, em cinco anos. A União, por seu turno, precisará criar um acréscimo, no primeiro ano de vigência da mudança constitucional, de 5% sobre as verbas destinadas a esse fim no ano anterior. E o valor resultante deverá aumentar 5% anuais, conforme a

variação do Produto Interno Bruto.

A vinculação de recursos orçamentários, no geral, inclui-se entre as iniciativas mais abominadas pela área econômica do Governo. Um dos principais núcleos de combate à inovação está há muito centralizado no Ministério da Fazenda. Diversos governadores e prefeitos também não se entusiasmam com a idéia de ter que "sacrificar" - um termo que já foi usado - parte do orçamento num fim específico, situação que reduz as margens de manobra que gostariam de preservar na administração.

Em contraponto a isso, as lideranças dos partidos no Congresso parecem convencidas de que o momento recomenda medidas desse tipo. Tanto que até o momento ninguém quis assumir a responsabilidade de apresentar emendas como "salvaguardas", conforme afirmou o ministro da Fazenda Pedro Malan, que o Governo gostaria de ver integradas à emenda constitucional, caso seja aprovada.

Os parlamentares têm a percepção de que a melhoria da assistência à saúde nos três níveis de poder, possibilitada pela PEC em discussão, atende a reivindicações da população e renderá votos. Pois espera-se que a vinculação de parte da arrecadação aos investimentos em saúde terá efeito parecido com o que teve medida semelhante que contempla a educação. O atendimento melhorou sensivelmente, e hoje se estima que 94% das crianças brasileiras em idade escolar estão regularmente matriculadas.